



Considerando que a CI define suas ações em bases científicas e no princípio da precaução, pode-se afirmar que sua parceria com a Monsanto é um indicativo de credibilidade à tecnologia baseada em Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)? Os transgênicos constituem uma solução eficiente para o trade-off entre conservação e produção agrícola?

Fabio – Reconhecemos que a transgenia ainda é uma novidade científica (20 anos na ciência é muito pouco), mas não podemos ignorar o fato de que o plantio de transgênicos foi aprovado pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) e tudo indica que é uma tecnologia que veio para ficar. Sabemos que, consideradas as devidas salvaguardas ambientais e sociais, os OGMs têm um papel importante no cenário global da produtividade agrícola. Com base nisso, e após um ano de estudo de antecedentes, a CI e a Monsanto fecharam há dois anos um projeto de parceria, no qual cada organização entrou com 50% do capital. O projeto tem duração inicialmente prevista de cinco anos e se volta para apoiar agricultores no oeste da Bahia, em área de Cerrado, a cumprir o código florestal (em área de Mata Atlântica o mesmo está sendo feito nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte). Demarcação de áreas de APP e RL e apoio à recuperação de áreas de RL com reflorestamento vêm sendo feitos em várias propriedades na área. Quanto aos transgênicos, na CI nós acreditamos que para o caso da conciliação entre agronegócio e conservação no Brasil, a melhor solução não reside em uma alternativa única. Os transgênicos são vistos por nós como parte de um mosaico de ações no campo que podem contribuir para esse fim. O setor agrícola – abarcando aqui desde a produção orgânica até o agronegócio multinacional e as empresas de biotecnologia – tem que fazer parte da busca por soluções mais eficientes para conter a degradação dos recursos naturais e dos serviços ambientais.

No ano em que completa 50 anos, a UFG comemora avanços expressivos em diversas áreas do conhecimento. A ampliação de vagas e cursos, impulsionada pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como os importantes saltos em infraestrutura, são apenas alguns dos louros colhidos por essa instituição. Uma universidade que rompeu barreiras, mas que já enfrenta, com a mesma vitalidade do passado, os desafios que se apresentam para o futuro. Essa foi a tônica da entrevista concedida pelo reitor Edward Madureira Brasil, atual presidente da ANDIFES, à Revista UFG, numa bela e ensolarada manhã de sábado. Com simpatia e disposição, ele falou sobre sustentabilidade, falta de autonomia, medidas para elevar a qualidade do ensino e para tornar a instituição mais atraente aos estudantes brasileiros e estrangeiros, entre outras questões. Participaram do encontro o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Prof. Anselmo Pessoa Neto, o presidente da ADUFG, Prof. Fernando Pereira dos Santos, os professores Laerte Guimarães Ferreira (IESA), Wolney Unes (EMAC) e Lisandro Nogueira (FACOMB), e a jornalista Carol Magalhães. Também enviaram perguntas, via correio eletrônico, a Prof.^a Francis Lee Ribeiro (EA) e o Prof. Antón Corbacho Quintela (FL).

EDWARD MADUREIRA BRASIL, REITOR DA UFG 50 anos da UFG – Rumo ao futuro, entre avanços e desafios

P. A UFG cresceu muito nesses 50 anos e deve avançar ainda mais nos próximos, tanto em termos de infraestrutura quanto no que concerne à comunidade acadêmica. Entretanto, isso também implica um aumento na produção de resíduos sólidos, bem como no consumo de água e energia. Que medidas a universidade tem adotado para crescer de forma sustentável?

R. Algumas iniciativas neste sentido já estão em curso. Temos um programa de coleta seletiva que funciona de modo regular. No entanto, há muito que avançar, especialmente no que se refere ao tratamento de resíduos tóxicos, mas implementamos, recentemente, a coleta dos resíduos dos laboratórios, que são encaminhados para uma empresa que faz a incineração. Possuímos, ainda, um projeto com o Instituto de Química que prevê a reciclagem de parte

desses resíduos e deve ser implantado em breve. Porém, uma questão na qual ainda não conseguimos evoluir é a das construções ecologicamente corretas, sobretudo em virtude dos altos custos dessa tecnologia. Temos recursos previamente determinados para as obras, ou seja, há um valor estipulado para cada metro quadrado, sendo inviável dobrar o custo ou aumentá-lo em 30% ou em 40% para obtermos uma edificação inteligente do ponto de vista ambiental. Algumas medidas já estão sendo empregadas nas construções; contudo, ainda não é possível executar projetos dentro das condições ideais. O importante é que a UFG pensa nessas questões e tem buscado enfrentar gradativamente os desafios relativos à sustentabilidade.

P. Em termos de pesquisa, cultura e extensão, pode-se intitular a UFG como a Universidade do Cerrado?

R. Esse nome não me entusiasma muito. Somos uma instituição voltada não somente para os problemas do Cerrado, mas também para aqueles do país e do mundo. Não se pode ter uma universidade com foco restrito às questões regionais. Aliás, a própria natureza da instituição exige que ela seja mais abrangente e busque diálogo com o universal. Entretanto, é evidente que as particularidades do bioma Cerrado são tratadas de forma mais intensa na UFG.

P. Por um lado, a expansão da UFG representa ganhos extraordinários. Mas, por outro, começam-se a registrar pequenos problemas no que diz respeito às instalações físicas e aos equipamentos, principalmente nos cursos de graduação. No Centro de Aulas B, por exemplo, apenas há equipamentos para uma pequena quantidade de professores. Qual é a garantia de que haverá recursos para a manutenção e a sustentação do crescimento experimentado nos últimos anos?

R. No que se refere às instalações e aos equipamentos, a UFG atualmente tem problemas muito pequenos se compararmos com períodos anteriores. Se voltarmos um pouco no tempo, quando eu era diretor da Agronomia, o curso tinha apenas um datashow. Isso comprova que os recursos didáticos na universidade cresceram, proporcionalmente, mais do que a quantidade de alunos. É óbvio que o uso da tecnologia também se expandiu entre os professores. O fato é que não

convivemos, de forma exagerada, com esse problema de falta de recursos didáticos. Pontualmente, isso pode ocorrer em uma unidade ou outra. Porém, não corresponde à realidade de forma geral. O Centro de Aulas B é um caso específico, porque está passando por um período de licitação e seus novos equipamentos devem chegar até o final do ano. Com relação à manutenção, saliento que isto está na nossa pauta diária. Em 24 de setembro falei sobre esse assunto com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e com o secretário executivo do MEC. O REUNI foi um marco para a UFG. É como se existisse uma universidade antes do programa e outra depois. Essa instituição que chegou com o REUNI tem um financiamento de infraestrutura grande e, como o nosso orçamento cresceu, estamos tentando desenvolver, e recuperar, a UFG que existia antes do programa. Ainda não conseguimos atingir a plenitude dessa recuperação, mas avançamos. Várias salas de aula e auditórios já foram reestruturadas. Creio que, se o nível de financiamento for mantido, conseguiremos chegar, até o fim do segundo mandato, com as instalações plenamente restauradas. Outra questão importante é que os prédios novos exigem mais limpeza, segurança e, daqui a cerca de dez anos, mais manutenção. Além disso, as terceirizações foram ampliadas. Tudo isso impacta diretamente no financiamento. Sendo assim, precisaremos redimensionar esses custos e traduzi-los no nosso orçamento. Ou seja, os parâmetros orçamentários de outros períodos não são compatíveis com a nossa nova realidade, especialmente em função do aumento nas terceirizações e por outras tecnologias agregadas. Somente para ilustrar: as novas tecnologias da informação – e diria que a parte mais sensível da universidade é a Internet – precisam de manutenção constante e esses

especialistas em informática não estão nos quadros da UFG. Entretanto, vejo que os problemas da UFG são, atualmente, mais circunstanciais; isto é, não são problemas históricos, de expansão, de financiamento. Fugindo um pouco da pergunta, a UFG vem conquistando muito espaço junto à sociedade, o que foi propiciado por essa expansão. Acabei de chegar de uma ação no Hospital das Clínicas, em parceria com a Fundação Jaime Câmara, onde atendemos 1.200 crianças em consultas oftalmológicas e elas tiveram seus óculos prontos em 16 minutos. Isso mostra que os profissionais estão dispostos a fazer mais pela população e acredito que esse movimento não tem volta, independente de quem estiver no governo. Mas é aquela história: precisamos traçar parâmetros, pois seremos seriamente questionados por esta mesma sociedade acerca de nossa eficiência, números, relação professor-aluno, relação técnico-aluno, carga-horária didática semanal e produtividade. Em contrapartida, creio que nós temos apresentado de maneira expressiva, à sociedade, o que já fizemos; e devemos saber apresentar o que ainda podemos vir a fazer.

P. Os Centros de Aulas são excelentes em termos técnicos, mas, por outro lado, podem contribuir para a desagregação do ambiente acadêmico, o que representaria um risco de massificação do ensino e a anulação do diferencial de qualidade da UFG em relação às instituições privadas. Essa questão já foi analisada?

R. Certamente. Os Centros de Aulas consistem numa solução inteligente do ponto de vista do espaço físico. Em vez de sobrecarregarmos os Institutos e as Faculdades com salas de aula, concentramos as disciplinas teóricas nesses locais. Um dos objetivos é permitir uma

maior interação entre alunos e professores de diferentes cursos, ao contrário do que foi colocado. Por trás disso, há ainda uma política da Pró-Reitoria de Graduação, que visa melhorar a oferta de disciplinas na universidade. Isso porque algumas disciplinas são muito voltadas para cada curso, sendo que, muitas vezes, são quase que idênticas às de outras graduações. Diante disso, a outra finalidade é quebrar um pouco essa estrutura curricular rígida e fazê-la mais integrada.

P. Existe algum projeto da administração central para que uma mesma disciplina atenda a vários cursos?

R. Sim. No Instituto de Matemática, por exemplo, isso já acontece. Está em andamento um modelo experimental que deve ser ampliado, mas precisamos de muito envolvimento, pois existe certo conservadorismo nos cursos e nos professores. É apropriado ilustrar isso com a validação de disciplina: o aluno vem transferido para a UFG, mas, às vezes, o docente, ao não encontrar um determinado item no histórico dele, o obriga a cursar a matéria novamente. Quero ressaltar que houve um movimento forte das Unidades Acadêmicas em favor dos Centros de Aulas, ao ponto de acabar com as salas dentro das Faculdades. Eu até entendo e não questiono as pessoas que fizeram isso, mas essa não era a proposta. O objetivo da ideia de ministrar as disciplinas mais básicas nos Centros de Aulas era deixar salas de aula nas Unidades para que, assim, os alunos pudessem ter mais espaços na sua Faculdade. As duas coisas são plenamente compatíveis. Porém, como todos estavam com grande estrangulamento de espaço físico, as salas se transformaram em gabinetes para docentes. Mas essa situação é temporária. No caso da construção da nova FACOMB, por exemplo, que será licitada agora, os laboratórios poderão ser levados para o LABCOM. O IESA, o INF, o IME, a FAV, ganham prédios novos também. Um quantitativo de salas de aula vai permanecer e as aulas práticas continuarão nas Unidades. Por isso, creio que os Centros de Aulas vieram para beneficiar.

P. O grande amálgama para a visão humanística dentro do ambiente acadêmico é a cultura. Nesse sentido, a UFG vive um momento bastante oportuno, sobretudo com os shows de repercussão nacional e as mostras de cinema. Em contrapartida, a universidade ainda se encontra muito compartimentada. Ao analisar os cursos do REUNI, por exemplo, vemos que eles não passaram por um tempo de amadurecimento,



alguns simplesmente não aconteceram em suas unidades. Como tornar essa instituição mais humanística e integrar esses cursos? E qual é o papel do seriado anual nesse processo?

R. O assunto é mais complexo do que parece. O seriado anual não é o culpado. Isso remonta à origem da UFG, uma vez que ela surgiu da junção de várias Faculdades, e essa cultura foi, de certa maneira, implementada ao longo dos anos. A ideia inicial era a de integrar os cursos, mas o que ocorreu de fato foi uma luta por espaços. Algumas Unidades, quando não são bem atendidas nas disciplinas, contratam professores que, pela lógica, deveriam estar em outras Faculdades. Temos vários exemplos, com o REUNI, de Faculdades que fizeram quase que uma mini-universidade dentro delas. Na época em que era coordenador de curso, a FAV entregou a disciplina de Desenho Técnico porque não podia atender a minha Unidade naquele momento, obrigando à contratação de um docente nessa área para ministrar as aulas. Esse tipo de situação precisa ser combatida diariamente. Porém, se dermos sequência ao questionamento dos projetos pedagógicos e iniciarmos esta mudança, creio que iremos romper com esta situação. Sobre o seriado anual, quais foram suas mudanças práticas? Ele transformou o sistema de créditos em seriado anual. Estudei no sistema de créditos e aconteceu no seriado anual mais ou menos assim: as disciplinas de Microbiologia e Fitopatologia viraram uma só, porém ministradas em um ano inteiro. No primeiro semestre, estudávamos Microbiologia e, no seguinte, Fitopatologia. Foi uma reprodução do que havia antes.

P. O Núcleo Livre, apesar de ser bem concebido, está sofrendo distorções na UFG. Isso porque alguns professores criam disciplinas muito exclusivas. O que o senhor pensa a esse respeito?

R. Eu e o Anselmo (Pró-reitor de Extensão e Cultura) temos participado de discussões sobre o Regulamento Geral dos Cursos. Inclusive, a Câmara de Graduação fez uma proposta de Núcleo Livre, mas o Anselmo sugeriu algo bem radical, que provavelmente pode nos ajudar a chegar a um meio-termo. A ideia dele é que todas as disciplinas fossem de Núcleo Livre. Isso é radical porque existem algumas que são bem específicas e que necessitam de conhecimento prévio, sendo inviáveis para alunos que estão ingressando nos cursos.

P. Mas o pré-requisito não resolve esta questão?

R. Sim. Mas, se isso estiver solto, a tendência do Projeto Pedagógico, no momento das discussões, é impor pré-requisitos para tudo. Por isso, temos que calibrar essa questão e creio que o CEPEC – por ultrapassar a visão dos coordenadores de graduação, vez que abrange coordenadores de pós, além do pessoal da extensão e da cultura – pode nos ajudar a encontrar uma solução mais plausível. O Núcleo Livre é fantástico, tem que existir, porém precisamos achar um meio para fazer a parte operacional, porque ele acabou se tornando um item obrigatório a ser oferecido dentro das Faculdades.

P. A UFG é privilegiada por chegar aos 50 anos com vitalidade, renovação e crescimento. Em termos quantitativos, é inegável que avançamos muito, mas, do ponto de vista qualitativo, cabe questionamentos. A universidade tem hoje 38 programas de pós-graduação, mas, dos 30 que foram avaliados pela CAPES nos dois últimos triênios, apenas três tiveram aumento de conceito. Como o senhor avalia esses números?

R. Precisamos estar atentos o tempo inteiro. Mas, hoje, sinceramente, não vejo como a qualidade possa ser comprometida na graduação porque temos os melhores cursos, docentes, técnicos e alunos. Esse é o diferencial da UFG, sem nenhuma presunção. É um fato, pois selecionamos essas pessoas que ingressam na universidade, em qualquer dos níveis, de maneira muito criteriosa. Isso garante a nossa qualidade. É óbvio que isso depende também de infraestrutura, algo que está em processo de ser solucionado. Acho que avançamos muito, mas nem de longe estou satisfeito com o que já alcançamos. Precisamos de muito mais do que temos e estamos trabalhando duro para atingir tal objetivo. Não podemos esquecer que ficamos vários anos sem investimento nenhum e a estrutura física degradou-se completamente. E olha que, nesse período, a universidade ainda cresceu. Por baixo, mais de dez cursos de graduação e cerca de 20 de pós-graduação foram criados naquela época. Porém, quando falamos em pós-graduação, precisamos ampliar a análise. Acredito que o desempenho da universidade no último triênio foi, mais ou menos, o mesmo das outras instituições federais. Recentemente, o reitor da Universidade Federal da Paraíba veio de carona comigo de Brasília e comentávamos isso durante a viagem até Goiânia. A pós-graduação daquela instituição é bem mais antiga do que a nossa, até porque a UFG entrou tardiamente no programa de pós e acho que fizemos avanços extraordinários neste período. Apenas para ilustrar: sou da primeira turma do primeiro doutorado da UFG, em 1993.

Ou seja, a pós da UFG tem 17 anos em nível de doutorado. Entramos tardiamente na pós, quando muitas posições já estavam ocupadas. Além disso, a CAPES trabalha com critérios, modelos de classificação que, a meu ver, já estão exauridos. Isso porque a movimentação na classificação dos cursos é muito pequena. Um ou outro desponta. É tudo muito amarrado e, principalmente, quem está com os programas seis e sete estabelece regras que dificultam que outros rompam esta barreira. Tal fato pode também ser percebido na classificação das revistas. Se tiverem caráter regional, as publicações veiculadas não resolvem nada, em termos de avançar na pós. Isso é um fator extremamente contrário ao crescimento dos programas que estão em consolidação. Essa é uma parte: o problema da própria avaliação. Mas nosso avanço foi na média do Brasil. Outro fenômeno que vem ocorrendo, agora, na universidade, é uma troca considerável na composição dos programas de pós, que estão passando por uma renovação muito forte. Estão chegando pessoas novas e muitas das que estavam nos programas se aposentaram. Assim, temos um novo momento com esses recém-doutores que chegaram, às vezes com uma produção científica não tão alta. Além do mais, muitos programas estão sendo criados. O reflexo disso vai aparecer, certamente, daqui a um ou dois triênios, desde que, é claro, seja implantado o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PAPG), que é proposta da ANDIFES e tem sido colocada como prioridade para o próximo governo. Estamos atraindo doutores qualificados para o sistema, mas eles só irão permanecer na universidade se houver envolvimento vigoroso com a pesquisa em pós-graduação. O REUNI permitiu-nos trazer os doutores, mas quem vai fixá-los é o PAPG. Ainda é tarefa estratégica do PAPG a diminuição das assimetrias regionais. E o papel das universidades federais, hoje, na pós-graduação, é preponderante. Cito um dado do Rio Grande do Norte: 90% da oferta de vagas na pós-graduação stricto sensu é feita pela UFRN. Não tenho os números de Goiás, mas a UFG não fica muito longe disso. Talvez seja um pouco menos, porque a PUC tem uma oferta razoável, mas garanto que passa de 70%.

P. Mas há uma cobrança grande em termos de quantidade. A própria CAPES exige que o docente tenha um número considerável de orientandos. Isso não compromete a qualidade?

R. Existem alguns processos na avaliação, principalmente da CAPES, que prejudicaram a qualidade da nossa pós-graduação. Quando fiz meu mestrado, por exemplo; o tempo que tive para fazer a dissertação não é o mesmo que se tem hoje. Estou certo de que



a pressão que exercemos hoje nos pós-graduandos, para que terminem o mestrado ou o doutorado, compromete a qualidade. Não tenho dúvidas quanto a isso. É necessário mais tempo de maturação para formar um mestre ou doutor. A quantidade também nos prejudica, assim como nos prejudica a restrição que é imposta no relacionamento com outras instituições. Por exemplo: asseguro que no programa de pós-graduação do professor Laerte existe uma dificuldade para a colocação eventual de doutores do IBGE para atuar de forma mais efetiva. Existe um bloqueio para isso. Creio que isso emperra o desenvolvimento do país. Mas aonde quero chegar? O grande alimentador da nossa pós-graduação é a graduação – pode até parecer contraditório, mas vocês irão entender meu raciocínio. Acho inadmissível que um professor doutor, que tenha uma vasta produção científica, não ministre aulas na graduação de forma rotineira. Isso não quer dizer que ele acumule uma carga-horária excessiva, mas que todo semestre tenha uma disciplina. Para isso, precisamos racionalizar o trabalho, ou seja, aproveitar o conhecimento desse doutor com uma quantidade significativa de alunos. Esse equilíbrio entre graduação e pós-graduação é estratégico para o futuro. Isso porque despertar no estudante de graduação o interesse pela pós é papel do docente. Se voltarmos naquela pergunta sobre a oferta de disciplinas na UFG, a gente pode fazer isso sem massacrar ninguém e os resultados serão bem melhores. Percebem como tudo está interligado?

P. A UFG está entre as maiores e mais antigas universidades federais do país. Mas isso não se reflete em termos de projeção, ou seja, a atração de alunos de outros estados, e de outros países, para a graduação ainda é pequena. Existe um planejamento para que a universidade seja internacionalizada e desregionalizada?

R. Na Coordenadoria de Relações Internacionais (CAI) já demos esse passo e fizemos essa virada. Estou impressionado com o alcance que a nossa CAI atingiu nos últimos quatro anos. É de praxe reunirmos nossos alunos que vão para o exterior e os do exterior que estão aqui – normalmente não conseguimos reunir todos em função de agenda – e quero dar um depoimento de vivência nesses quatro anos e meio de reitoria: no princípio, acomodávamos esses alunos em uma mesa, pois não totalizavam mais do que cinco; recentemente, me encontrei com os alunos que estavam saindo, a maioria com bolsa, com destino aos Estados Unidos, Europa (Noruega, Dinamarca, Espanha, Portugal, Alemanha). Reuni mais de 70 estudantes, sendo que nem todos estavam presentes. A mesma coisa ocorreu – nesse caso com o professor Eriberto, pois eu estava viajando – no encontro com os estrangeiros que estavam aqui. Foram, mais ou menos, 70 estrangeiros, provenientes dos Estados Unidos, da Europa e de Cabo Verde – esses últimos provêm de um programa mais antigo, que é o PEC. Essa virada internacional já está acontecendo. Hoje, por exemplo, fazemos parte de quatro grupos Erasmus Mundus e ainda esperamos aprovação em mais um. O interessante é que os alunos do exterior que vieram no primeiro ciclo estão fazendo propaganda positiva e já temos disputas entre os estudantes que querem vir para Goiás. Outra coisa pela qual batalhamos muito, e tivemos êxito, foi a entrada em um grupo super fechado, a Asociación de Universidades Grupo Montevideo. Esse grupo envolve universidades do Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile e Brasil. No Brasil, fazem parte dele as universidades do Sul (algumas federais e privadas), UFMG, UFSCAR e, agora, a UFG. Abrimos uma porta de intercâmbio para os nossos estudantes na América do Sul, no Cone Sul, que funciona muito bem. Temos, ainda, o Programa CAPES – FIPSE para os alunos de Letras e de Música. Quando falamos em atrair pessoas para cá, uma coisa que nos atrapalha é a nossa característica de investir pouco na imagem institucional; para explicar isso, temos de pedir ajuda para os antropólogos (risos). Nossos cursos da Área da Saúde, por exemplo, estão entre os primeiros em qualquer tipo de avaliação, mas isso é pouco capitalizado. Isso faz parte da personalidade do goiano, que é mais tímido, reservado, menos ousado. Tenho segurança em dizer que, dos nossos cursos de graduação, há 15 ou 20 que não devem nada para nenhum no país. Mas, realmente, a gente não atrai. Ainda não deciframos o melhor instrumento para atingir esse objetivo. Quem sabe isso aconteça mais para frente, uma vez que estamos ocupando mais espaço nacionalmente. Agora estamos com um cargo estratégico na ANDIFES, mas, na CAPES e no CNPq, não existem goianos ocupando posição de destaque. Em suma: precisamos ser mais articulados politicamente. Isso talvez explique o fato de Goiás ter apenas uma universidade federal. Entretanto, já começamos a sair da casca e somos citados nas grandes reuniões acadêmicas.

P. Em uma universidade de qualidade formam-se quadros, investiga-se e oferecem-se serviços à sociedade. A universidade, ao focar e tentar esclarecer determinados temas e problemas, assinala o que, para a intelligentsia dessa universidade, é importante. Nesse sentido, uma universidade marca assuntos para a reflexão, marca tendências sociais e, inclusive, marca gostos. Não acha que a universidade, através da gestão do seu espaço físico – refiro-me à estruturação física dos campi (à urbanização dos campi) e à jardinagem – e através das escolhas estéticas nos seus imóveis – refiro-me à arquitetura, à decoração e ao desenho dos equipamentos funcionais – poderia e deveria influenciar o gosto estético da comunidade universitária e da sociedade em geral? Percebemos que nenhuma das três etapas de construção da UFG passou por planejamentos criteriosos – nem mesmo a última, devido à urgência do REUNI. Por isso, constantemente temos de resolver equívocos do passado. Por que o Plano Diretor da UFG não prioriza essas questões?

R. A gente, muitas vezes, não percebe a mudança pela proximidade com o ambiente, ou seja, porque convivemos com esses espaços todos os dias. Não quero dizer que o modelo pensado seja ideal, mas preciso ressaltar alguns pontos. Realizamos alguns eventos com pró-reitores e agentes do MEC (a UFG abriga um centro de treinamento do MEC em nível nacional), que foram trazidos pela PROAD, através do Prof. Orlando, na SPO, com o pessoal da área financeira, contábil, entre outras. Fizemos cerca de 15 desses eventos com universidades do Brasil inteiro. Da mesma forma, abrigamos alguns congressos nacionais e a Profa. Sandramara trouxe ainda um colégio de pró-reitores de graduação. Digo que a gente começa a ganhar projeção nacional quando as pessoas começam a vir aqui e relatar o que viram de forma positiva. É mais ou menos um parecer uniforme, pelo menos no ambiente em que circulo, que o que está sendo feito na UFG é exemplar. Eu não só ouço esses relatos, como também já vieram duas universidades – e virão mais umas cinco – copiar o Centro de Eventos, que virou um referencial nacional. Os reitores afirmam que não existe nenhuma universidade no país que tenha algo parecido com esse espaço. Fora isso, o projeto que o CEGEF concebeu para a expansão já está pronto e prevê uma composição paisagística que promoverá mudanças significativas. Enfim, o que se comenta é

que a UFG tem um dos campi mais bonitos do país. É lógico que a natureza nos ajuda muito nisso. Mas é claro que as construções mais antigas são bem ruins. As novas já são melhores, mas ainda têm limitações, que passam, inclusive, pela questão orçamentária. Acho que os investimentos nesses espaços, nas vias, podem ser melhorados, mas estamos avaliando isso com base em dois fatores que embaçam um pouco nossa visão: primeiro, porque essa questão está em processo; e, segundo, porque vemos as edificações todos os dias e nos acostumamos com essa coisa meio feiosa daqueles corredores imensos que tínhamos aqui. O projeto final tem uma lógica, sim, e ele é pensado nesse sentido. Veja o caso da quadra nova, apelidada de quadra do REUNI. Há uma grande praça no meio dela, um espaço de convivência bastante adequado e imponente. Temos também o projeto de um pórtico impactante, com uma dupla hélice de DNA, e outro de sinalização, que só não foram executados ainda por falta de recursos.

P. Os novos prédios estão sendo construídos em ruas bastante estreitas e, conseqüentemente, os jardins têm se transformado em estacionamentos. Por que isso não foi previsto pelo CEGEF?

R. Tudo isso foi pensado. Ora, existe uma outra questão: na USP, por exemplo, você deixa o carro do lado do seu prédio? Precisamos acabar com essa cultura. Temos estacionamentos imensos, porém muitos não querem deixar o carro e andar 500 metros.

P. Qual é a visão estratégica da UFG para o crescimento nos próximos 50 anos?

R. Precisamos ampliar o conceito de ensino, pesquisa e extensão. Ou melhor, é necessário evoluir na interpretação de cada uma dessas áreas. Universidade também é inovação tecnológica, empreendedorismo, relacionamento com a sociedade (da maneira mais global possível, incluindo governo, movimentos sociais, empresas). Uma das visões estratégicas da UFG é trabalhar para que seja uma instituição transformadora da sociedade. Creio que a universidade é uma grande agência de desenvolvimento regional e nacional. Devemos romper essa trajetória de atuar para dentro. Até o entendo, porque isso ocorreu num passado recente: se não fosse desta forma, seríamos aniquilados, pois existia uma política contrária a nós. Bastou termos uma chance de respirar e mostrar nossa

cara – embora ainda tenhamos que superar essa barreira em muitas áreas do conhecimento, e revelamos o quanto somos capazes. Dá para pensar no Governo elaborando um plano para a saúde ou para a cultura sem consultar a universidade? Não. Em suma: onde a universidade coloca a mão, a coisa sai com qualidade, justamente por sua isenção, competência e credibilidade. E esse é um papel que precisamos incutir em cada membro da comunidade acadêmica. É necessário, ainda, criar mecanismos para potencializar essa vocação. E a melhor maneira de fazer isso é envolvendo os estudantes. Trata-se de uma solução simples, que não custa praticamente nada para ninguém e o seu resultado retroalimenta tudo. Isso interfere na graduação, na pós-graduação, na extensão. Um parque tecnológico é algo essencial para o futuro da UFG, onde tenhamos uma grande empresa absorvendo nosso pessoal e gerando tecnologia para o mundo. Esse é o salto. E estamos avançando nesse sentido. A coroação disso – e essa é uma ambição minha – virá com a criação de redes de produção e transmissão de conhecimento. É claro que, para tanto, precisamos fazer o dever de casa. Nos dias de hoje, é inviável conceber um curso como Análise Ambiental, que não tenha sido pensado ao mesmo tempo que um curso de Ciências Geoambientais ou Engenharia Ambiental. Por que três projetos pedagógicos distintos, repetidos em alguma medida? Por que não conversaram entre si? Não quero fulanizar nada, mas a verdade é que erros foram cometidos. Vamos pensar na hipótese de um REUNI II (vamos supor que quem ganhe a eleição para a presidência da República nos dê essa chance), na possibilidade de, em vez de as coisas serem colocadas para nós, que pudéssemos apresentar um projeto de expansão da UFG dentro do próximo ano.

P. Não há risco de massificação?

R. Não, porque a nossa diferença é a qualidade. Qual instituição tem 1.200 doutores? Esse pessoal vai fazer a diferença. Entretanto, para isso é necessário resolver uma parte anterior. Ou seja, o ensino médio também precisa fornecer uma educação de qualidade e formar gente com competência para entrar aqui. É preciso corrigir uma distorção anterior à universidade. Acho que o crescimento da universidade é importante para o Brasil se tornar um país avançado social e economicamente. Outra visão de futuro – um sonho, na verdade, é a criação de uma rede de universidades que tenha fluxo, mobilidade de alunos e professores, além de projetos em conjunto. Aí teríamos o maior potencial de pesquisa e a maior universidade do mundo instalada no país. Imagine um aluno nosso ter a oportunidade de passar um ano estudando no Acre? Ele provavelmente teria uma grande experiência de vida, além de uma rica visão de Brasil.

P. Um dos gargalos da UFG, ao longo desses 50 anos, foi a ausência de autonomia universitária. Na prática, o que mudou depois da visita da ANDIFES ao presidente Lula, em julho deste ano?

R. A autonomia universitária é um processo em curso. Não vou dizer que demos os primeiros passos, porque algum nível de autonomia a gente sempre teve, ou seja, temos liberdade para pesquisar e abrir novos cursos. Porém, precisamos de outras autonomias, principalmente com relação aos docentes e técnicos. Acredito que hoje isso também está superado. A questão dos docentes já estava superada desde 2007, quando conseguimos o quadro de equivalentes. Recentemente, a partir do dia 19 de julho deste ano, foi resolvido o problema de técnicos, em virtude de um decreto assinado pelo presidente Lula. No entanto, faltam ainda duas medidas importantes em termos de autonomia. Uma é a parte da autonomia jurídica, que não sei se conseguiremos reconquistar. Isso porque o Governo Federal foi tirando, seguidamente, as procuradorias dos órgãos e, hoje, somente o Banco Central – se não me falha a memória – tem esse tipo de autonomia. E é importante ter um quadro jurídico próprio. Essa questão nos atrapalha muito. Outra questão ainda mais preocupante é a da autonomia financeira. Nesse sentido, demos um passo pequeno com a medida provisória e com o decreto. A primeira melhora a nossa relação com as fundações e o segundo nos auxilia no aproveitamento de créditos de um ano para o outro. Mas ainda é pouco, pois, se tivéssemos autonomia plena de pessoal e gestão financeira, poderíamos até abrir

mão das fundações – se fôssemos aprofundar nesse assunto, poderíamos até discutir o papel das fundações na universidade. Atualmente, com a autonomia restrita, isso é impossível. As fundações hoje são essenciais para a pesquisa, por exemplo. Isso porque, em determinadas situações, é impossível adquirir certos bens com uma lei de licitação em que vale o menor preço. Só para ilustrar: um reagente específico de laboratório não pode ser comprado em um processo licitatório comum. Outra autonomia que precisamos é mais liberdade no manejo das rubricas, algo que não conseguimos ainda. Estávamos esperando isso com a assinatura dos decretos, mas não aconteceu. De modo que, se, no início do ano, chega uma verba para construção e outra para manutenção, elas não se comunicam, isto é, não posso passar daqui para lá caso sobrem recursos para construção e falem para manutenção. Às vezes, chegamos ao final do ano com sobra de verba em uma rubrica e falta na outra, sem podermos fazer absolutamente nada. Então, em termos objetivos, a autonomia financeira e orçamentária é algo que vamos pleitear junto ao novo governo. Outro gargalo da universidade que avançou com um dos decretos, embora não tenha sido resolvido completamente, é a contratação dos técnicos. Paramos de perdê-los; porém, não temos como recompor o muito do que já havíamos perdido. Hoje, se a UFG tem dois mil funcionários, há a garantia de que continuará com esse quantitativo. Se 50 se aposentarem, poderemos abrir concurso para essas vagas. Mas para ela funcionar normalmente, não seriam dois mil, mas três mil (estou usando números hipotéticos). Ainda não conseguimos fazer esses mil voltarem. Esse é o nosso próximo passo.